

Meio: ECO

Data: 08-09-2021

Impostos

Escalões de IRS sobem para número recorde

Isabel Patrício e Mónica Silveiras
8 Setembro 2021



O Governo está a avaliar a possibilidade de desdobrar os escalões de IRS, especificamente o terceiro e o sexto. A concretizar-se, Portugal passaria a ter um número nunca antes atingido de escalões.

O Governo está a fazer um “trabalho muito sério” para avaliar a possibilidade de o próximo Orçamento do Estado trazer um **novο** **desdobramento dos escalões do IRS**, medida que, a concretizar-se, poderá levar Portugal a **atingir um número recorde de taxas de imposto**, indicam os fiscalistas ouvidos pelo ECO. Esses especialistas salientam, no entanto, que é preciso perceber de que modo **será “compensada” a perda de receita implicada neste desdobramento**, temendo, por exemplo, um agravamento de outros impostos.

Em entrevista, esta segunda-feira, à *TVI*, o primeiro-ministro, António Costa, lembrou que o Governo anterior fez um primeiro desdobramento dos escalões do IRS e salientou que estava prevista uma nova medida nesse sentido, que **acabou por ser adiada por causa da pandemia**.

Costa admite mexidas no 3º e 6º escalão de IRS

[→ Ler Mais](#)

Agora que a crise sanitária parece ter atingido uma nova fase de maior tranquilidade (à boleia, sobretudo, dos avanços na vacinação) e que a economia portuguesa começa a recuperar, o Executivo está a “fazer um trabalho muito sério para identificar a possibilidade de, no próximo Orçamento do Estado” incluir, então, um **novo desdobramento dos escalões**, especificamente no terceiro (que cobre rendimentos coletáveis dos 10.732 euros aos 20.322 euros) e no sexto (que abrange os rendimentos coletáveis dos 36.967 euros aos 80.882 euros).

“**Há dois escalões, sobretudo, que têm de ser mexidos.** É o terceiro escalão, que cobre rendimentos entre os 10.000 e os 20.000 euros, o que é uma **enorme diferença**. E, depois, é o sexto escalão, que [cobre] rendimentos que vão de 36.000 euros a 80.000 euros. É uma **diferença gigantesca**“, disse António Costa, não adiantando mais detalhes sobre as mudanças que poderão ser feitas a este nível.

Portugal conta hoje com **sete escalões de IRS**. Ora, se o desdobramento sinalizado se traduzir em mais dois níveis nessa tabela, o país ficará, então, com **nove taxas de imposto**, número que não só é superior ao que estava em vigor quando o Governo de Passos Coelho decidiu **reduzir os escalões de oito para cinco**, como é mesmo um **recorde**.

“O IRS começou por ter cinco escalões. **O máximo até hoje são oito, nunca tivemos nove**“, confirma João Espanha, da Espanha e Associados, em declarações ao ECO. Também Rogério Fernandes Ferreira, da RFF e Associados, e João Pedroso de Melo, da Telles, explicam que o máximo registado até agora corresponde a oito escalões de IRS.

O histórico legislativo do Código do IRS corrobora essas indicações. A versão da legislação de dezembro de **2005**, por exemplo, refere que havia **seis escalões** de IRS. Já em 2006, esse número passou para **sete**. E em 2010 para **oito**. Poucos anos depois, com Vítor Gaspar nas Finanças, o número de taxas de imposto **passou de oito para cinco**, e só **em 2018 foi possível recuperar dois desses níveis** (para sete), já com António Costa na liderança do Executivo.

A medida agora sinalizada pelo Governo significa, assim, que deverá ser possível **ultrapassar o número de escalões de IRS que havia antes do período da crise financeira**, o que não implica necessariamente uma reversão das medidas de austeridade impostas neste campo, uma vez que é também preciso **considerar as taxas aplicadas aos diferentes níveis de rendimento coletável**. “Estamos ainda longe da fiscalidade pré *troika*”, diz ao ECO Luís Leon, da Deloitte, considerando que mais do que olhar para o número de escalões, é preciso olhar para as taxas.

Os fiscalistas ouvidos pelo ECO avisam, além disso, que é preciso perceber de que forma será “compensada” a perda de receita fiscal implicada nesta medida

Rogério Fernandes Ferreira, por exemplo, afirma que a avaliação desta mudança fiscal depende das suas consequências não apenas em termos de alívio efetivo para os contribuintes, mas também em termos de receita. “Como contribuinte, é [uma medida] agradável. Só que **os impostos que não pagamos hoje, pagamos no futuro, mantendo-se a dívida**”, diz o fiscalista, confessando que, neste momento, seria mais apologista de estabilidade fiscal.

Já António Schwalbach, da Serra Lopes, Cortes Martins & Associados, salienta que a **“grande questão” é perceber onde o “Governo se propõe a recolher a receita perdida”**, temendo que tal aconteça através dos impostos indiretos, como o IVA. Isto já que, neste momento, tendo o país atravessado uma dura crise pandémica, o **Estado não “pode dar-se ao luxo de perder receita”**. O especialista alerta, por isso, para o perigo deste desdobramento servir apenas para criar a aparência de uma oferta à classe média, mas na verdade passar por **“dar com uma mão e tirar com a outra”**.

Luís Leon salienta, por sua vez, que, nesta fase, **não é possível avaliar ainda o impacto desta medida**, já que não se conhece nem o desenho dos novos escalões, nem as novas taxas. “Em 2018, o valor máximo de IRS que foi reduzido não chegou a 300 euros por ano”, lembra o fiscalista, atirando também que é preciso ver como é que este alívio vai ser “compensado”, se por **via do aumento de outro imposto, se através da redução da despesa**.

Novo desdobramento “dará uns tostões a muita gente”

João Espanha é mais crítico em relação à medida sinalizada pelo primeiro-ministro, esta segunda-feira. Ao ECO, o fiscalista explica que o terceiro e o sexto escalões do IRS concentram, respetivamente, cerca de 70% e 20% dos agregados que pagam IRS, “mas a receita daí advém é relativamente escassa”. Daí que o **desdobramento em causa poderá “não ter grande impacto na receita”** e corre o risco de ser sinónimo de dar “uns tostões a muita gente, que se deslumbrará com tamanha generosidade”. “É **politicamente vantajoso**, mas não terá grande impacto na vida das pessoas”, salienta. “Esta medida agora anunciada parece-me ser pouco mais do que um detalhe eleitoralista, pelo que, a verificar-se, **pouco ou nada mudará**”, acrescenta.

Escalões de IRS que Costa quer mexer abrangem quase 1 milhão

[→ Ler Mais](#)

O fiscalista frisa, por outro lado, que o Estado age, em relação à receita fiscal, “como um **viciado em heroína**” e defende, em alternativa, que se se **começasse a reverter as medidas de Vítor Gaspar** — como o regresso das deduções personalizantes sem limite global, a eliminação das sobretaxas e a reposição dos

escalões anteriores à crise financeira — “**seria um bom começo**”. “Enquanto o Estado sugar a economia e as famílias com um **IRS irrespirável** e uma miríade de taxas e taxinhas, não se poupa, não se investe e nem se gasta, pelo que com esta receita nunca sairemos da cepa torta”, diz João Espanha.

Na mesma linha, Samuel Fernandes de Almeida, da Vieira de Almeida, acredita que o desdobramento em causa é “uma **medida política compreensível**, pois estamos a falar da classe média”. “Em ano de eleições, é normal os Governos adotarem estas medidas, sendo que **a carga fiscal atingiu em 2020 novos máximos**, apesar da pandemia”, salienta.

Já questionado sobre como esta medida deveria ser desenhada, o fiscalista atira: “Em termos de política fiscal, **deveríamos ter como objetivo equiparar as nossas taxas às do nosso vizinho e principal parceiro económico, a Espanha**. Uma economia pequena e aberta como a nossa não se pode dar ao luxo de ser pouco competitiva”.

É importante explicar que o primeiro-ministro já tinha admitido que o Orçamento do Estado para 2022 poderá trazer mudanças nos escalões do IRS, **até porque tal medida consta do programa do Governo**.